

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Congresso sob impacto da eleição



SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO/JC

O Congresso Nacional, liderado por Davi Alcolumbre e Hugo Motta (foto), inicia o segundo semestre legislativo com uma realidade bem diferente da observada no início do ano. A campanha eleitoral já influencia a agenda de deputados e senadores, que passam a dividir o tempo entre Brasília e seus redutos eleitorais. O resultado deverá ser um período de votações mais seletivas, concentrado em matérias de maior consenso ou consideradas urgentes para o País.

Prioridade imediata

A primeira missão do Legislativo será analisar um conjunto de medidas provisórias acumuladas durante o recesso. Entre elas estão propostas voltadas ao apoio de setores afetados pelas novas barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos, medidas econômicas, ações relacionadas ao INSS, transporte, crédito e programas de incentivo à atividade produtiva. O governo trabalha para evitar o vencimento dessas matérias, enquanto Câmara e Senado tentam organizar uma pauta compatível com o calendário eleitoral.

Bancada gaúcha mantém pressão

A bancada do Rio Grande do Sul deverá continuar concentrando esforços em temas considerados fundamentais para a recuperação econômica do Estado. A principal prioridade permanece sendo a securitização das dívidas dos produtores rurais atingidos pelas sucessivas estiagens e enchentes, além da ampliação das linhas de crédito, da reconstrução da infraestrutura e da adoção de medidas permanentes de prevenção a desastres climáticos. A expectativa é de atuação conjunta, independentemente das diferenças partidárias, para manter esses assuntos entre as prioridades nacionais.

Agro e exportações

Outro tema que continuará mobilizando os parlamentares gaúchos será a defesa do agronegócio diante das dificuldades enfrentadas pelos exportadores brasileiros. As consequências das tarifas anunciadas pelos Estados Unidos e das restrições impostas por mercados internacionais permanecem no centro das discussões, especialmente para setores como carnes, vinhos e produtos industrializados.

Comissões ganham espaço

Com menor número de sessões deliberativas no plenário, as comissões permanentes deverão assumir protagonismo neste segundo semestre. É nelas que devem avançar debates técnicos.

Candidatos ao Senado falam de ações para energia renovável

Perguntas foram formuladas pelos líderes do setor energético do RS



Marcus Meneghetti

marcusv@jcrs.com.br

O Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS) recebeu na manhã de ontem os candidatos ao Senado Frederico Antunes (PSD), Germano Rigotto (MDB), Milton Cardoso (PSDB), Paulo Pimenta (PT) e Renato Jaguarão (Cidadania) para uma conversa sobre o futuro das energias renováveis. Três temas foram bastante comentados: a expansão da capacidade energética do Estado, a criação de um fundo constitucional da região Sul e Sudeste e a prorrogação do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs).

Conforme o Sindienergia, todos os candidatos foram convidados para participar do evento, cujo formato busca priorizar a exposição das ideias de forma construtiva. Os cinco responderam a perguntas de líderes do setor de energia. Além disso, receberam dos representantes do Sindienergia a agenda estruturante RS+5, que elenca propostas para impulsionar a competitividade, a inovação e o crescimento do ramo das energias renováveis.

Segundo a presidente do Sindienergia, Daniela Cardeal, “o desenvolvimento econômico, a segurança energética e a sustentabilidade não podem ser discutidos

tendo como ponto de partida diferenças ideológicas”.

Os candidatos concordaram que o Estado precisa expandir a geração e a transmissão de energia, para viabilizar a atração de investimentos ao RS. Um dos projetos que dependem dessa expansão é o da Scala Data Centers, que pretende instalar no município de Eldorado do Sul a maior planta de processamento de dados para Inteligência artificial da América do Sul.

O projeto batizado de Scala AI City deve trazer R\$ 3 bilhões em investimentos ao Estado e gerar mais de 3 mil empregos. A capacidade inicial dos data centers da Scala será de 54 MegaWatts, mas a capacidade máxima poderá chegar a 4,75 GigaWatts em 2030.

O ex-governador Germano Rigotto lembrou que o RS deve expandir sua capacidade energética em 5 gigawatts até 2030 – o que equivaleria ao consumo de eletricidade de uma cidade como o Rio de Janeiro. “Se não tivermos a ampliação da capacidade de energia, não teremos como instalar projetos de data centers como o da Scala.” Lembrou também que, com a implementação das novas regras previstas na reforma tributária, a guerra fiscal entre os estados vai acabar. Na avaliação de Rigotto, o RS precisa encontrar outras formas de atrair investimentos.

O líder do governo Eduardo Leite (PSD) na Assembleia, deputado Frederico Antunes, disse que “o RS tem um portfólio de projetos a serem explorados em todas as etapas

da energia (geração, transmissão e distribuição).” Contudo, ele observou que o custo desses projetos não é competitivo em comparação com outras regiões do Brasil. “Quanto ao financiamento (da expansão da capacidade energética do Estado), o custo não é competitivo. Afinal, não temos um fundo constitucional (como o do Nordeste, o do Norte e o do Centro-Oeste).”

O deputado federal Paulo Pimenta disse que a criação do Fundo Constitucional das Regiões Sul e Sudeste unia todos os campos políticos do Estado. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 27/2023, que cria esses dois fundos, tramita no Congresso. Mencionou ainda que a prorrogação do Funrigs é outra pauta que unifica todos os campos políticos do RS. Esse fundo foi criado em 2024 devido às enchentes: “Entendo que as pautas da prorrogação do Funrigs e a criação do Fundo Constitucional unificam o Rio Grande.”

O compositor Renato Jaguarão defendeu novas linhas de crédito para o setor energético. E acrescentou: “Hoje estamos produzindo muita energia (no RS), mas não estamos conseguindo armazenar. Vamos ter um leilão de baterias agora do governo federal, que aguardamos com ansiedade.”

O jornalista Milton Cardoso admitiu que não dominava o tema, por ser uma questão bastante técnica. Ele lamentou que o Rio Grande do Sul tenha a segunda pior infraestrutura do Brasil, perdendo apenas para o Acre.

MARCUS MENEGHETTI/ESPECIAL/JC



Direção do Sindienergia-RS recebeu cinco pretendentes ao Senado na sede da entidade em Porto Alegre

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323